

Na posse, Haddad fala em nova regra fiscal neste semestre



Ministro da Fazenda, Fernando Haddad reúne sua equipe durante a posse no CCBB, em Brasília

Haddad prega responsabilidade fiscal ao assumir, mas falta o plano de voo

No discurso de posse, ministro da Fazenda promete apresentar nova regra fiscal neste semestre

ANÁLISE

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA Sob pressão para melhorar a fotografia das contas públicas para 2023, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), fez um discurso de posse recheado de recados e promessas de compromisso com a responsabilidade fiscal, mas faltou o plano de voo. A retórica causou boa impressão pelas intenções da nova equipe de reduzir o défi-

cit, controlar o endividamento e retomar o crescimento sustentável, mas a cobrança que recai sobre um ministro já empossado vai muito além. O que se espera são detalhes de como o novo governo pretende atingir esses objetivos. Não basta mais elencar de forma evasiva prioridades como a reforma tributária e o envio de uma proposta de nova âncora para as contas públicas — prometida para este semestre —, defesas já conhecidas pelo público geral.

Em vez de detalhar os pilares de cada uma dessas agendas, Haddad passou boa parte do discurso respondendo a críticas disparadas pelo mercado contra ele desde que foi escolhido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para comandar a Fazenda. "Não somos dogmáticos, somos pragmáticos. Queremos resultados, mas seguimos princípios e valores", disse, elencando o foco no social como um desses princípios. Haddad também defendeu

maior atuação estatal, mas deixou porta aberta para que essa presença possa ser mais enxuta do que imaginado. Ele reagiu a críticas de quem teme um aumento desenfreado de gastos e subsídios públicos. "Um Estado forte não é um Estado grande, um Estado obeso", afirmou. A questão que ainda não foi respondida é como essas visões serão conciliadas com a promessa de sustentabilidade das contas e até onde Haddad terá apoio político para imple-

mentar sua agenda. Uma primeira batalha foi perdiana discussão da desoneração dos combustíveis, em que o ministro e sua equipe precisaram abrir mão da ideia de deixar caducar as isenções implementadas por Jair Bolsonaro (PL) em ano eleitoral. A ordem de Lula foi prorrogar os benefícios, parte deles até o fim do ano. Pesou na decisão o fator político e o risco de um aumento dos tributos elevar os preços nas bombas e consequentemente a inflação.

A reversão das desonerações era uma das alternativas para ajudar na redução do "déficit absurdo de R\$ 220 bilhões" previsto para este ano. O ministro até disse que ele e sua equipe não aceitarão ficar com esse número e prometeu medidas para as próximas semanas. Mas, além do revés nos combustíveis, passou batido o fato de que o rombo foi aprofundado justamente pela aprovação de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que ampliou gastos e pela qual ele agradeceu ao Congresso Nacional. Haddad tem razão em reclamar de novas desonerações adotadas pelo governo Bolsonaro no apagar das luzes do mandato e que ajudaram a tirar até R\$ 15 bilhões da caixa de Lula no primeiro ano da gestão, segundo os cálculos preliminares da nova equipe. No entanto, não é só a reversão dessas medidas que vai resolver o impasse fiscal. Nas próximas semanas, Haddad precisará cumprir o que prometeu e começar a detalhar o caminho a ser trilhado pelo ministério sob sua liderança. Se pretende entregar uma proposta de nova regra fiscal ainda no primeiro semestre, o ministro deveria começar desde já a sinalizar quais são premissas para a discussão, para além do mantra "credibilidade, previsibilidade e transparência" que vem sendo entoado desde a campanha. Até hoje, por exemplo, o mesmo governo que promete acabar com o "sigilo de cem anos" ainda não deu publicidade aos relatórios finais de cada um dos grupos da transição — o da Economia tinha justamente como uma das missões discutir possíveis formatos para um novo arcabouço fiscal no país. Durante seu discurso de posse, o próprio ministro recorreu a analogias para dizer que o Brasil "precisa de timoneiros" e "de gente que tenha senso de direção". Mas é preciso que a tripulação também conheça o roteiro e tenha a certeza de que não há outras pessoas no porão que, sendo conduzido o barco para outro rumo.

Leia trechos comentados do discurso de Haddad na pág. A17

Leia trechos comentados da fala de Haddad

Novo ministro da Fazenda disse que é preciso fazer Brasil voltar a crescer com sustentabilidade e responsabilidade

Um discurso de posse recheado de recados e promessas de compromisso com a responsabilidade fiscal, mas faltou o plano de voo. A retórica causou boa impressão pelas intenções da nova equipe de reduzir o déficit, controlar o endividamento e retomar o crescimento sustentável, mas a cobrança que recai sobre um ministro já empossado vai muito além. O que se espera são detalhes de como o novo governo pretende atingir esses objetivos. Não basta mais elencar de forma evasiva prioridades como a reforma tributária e o envio de uma proposta de nova âncora para as contas públicas — prometida para este semestre —, defesas já conhecidas pelo público geral. Em vez de detalhar os pilares de cada uma dessas agendas, Haddad passou boa parte do discurso respondendo a críticas disparadas pelo mercado contra ele desde que foi escolhido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para comandar a Fazenda. "Não somos dogmáticos, somos pragmáticos. Queremos resultados, mas seguimos princípios e valores", disse, elencando o foco no social como um desses princípios. Haddad também defendeu maior atuação estatal, mas deixou porta aberta para que essa presença possa ser mais enxuta do que imaginado. Ele reagiu a críticas de quem teme um aumento desenfreado de gastos e subsídios públicos. "Um Estado forte não é um Estado grande, um Estado obeso", afirmou. A questão que ainda não foi respondida é como essas visões serão conciliadas com a promessa de sustentabilidade das contas e até onde Haddad terá apoio político para implementar sua agenda. Uma primeira batalha foi perdiana discussão da desoneração dos combustíveis, em que o ministro e sua equipe precisaram abrir mão da ideia de deixar caducar as isenções implementadas por Jair Bolsonaro (PL) em ano eleitoral. A ordem de Lula foi prorrogar os benefícios, parte deles até o fim do ano. Pesou na decisão o fator político e o risco de um aumento dos tributos elevar os preços nas bombas e consequentemente a inflação.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** A **Página:** 15 e 17